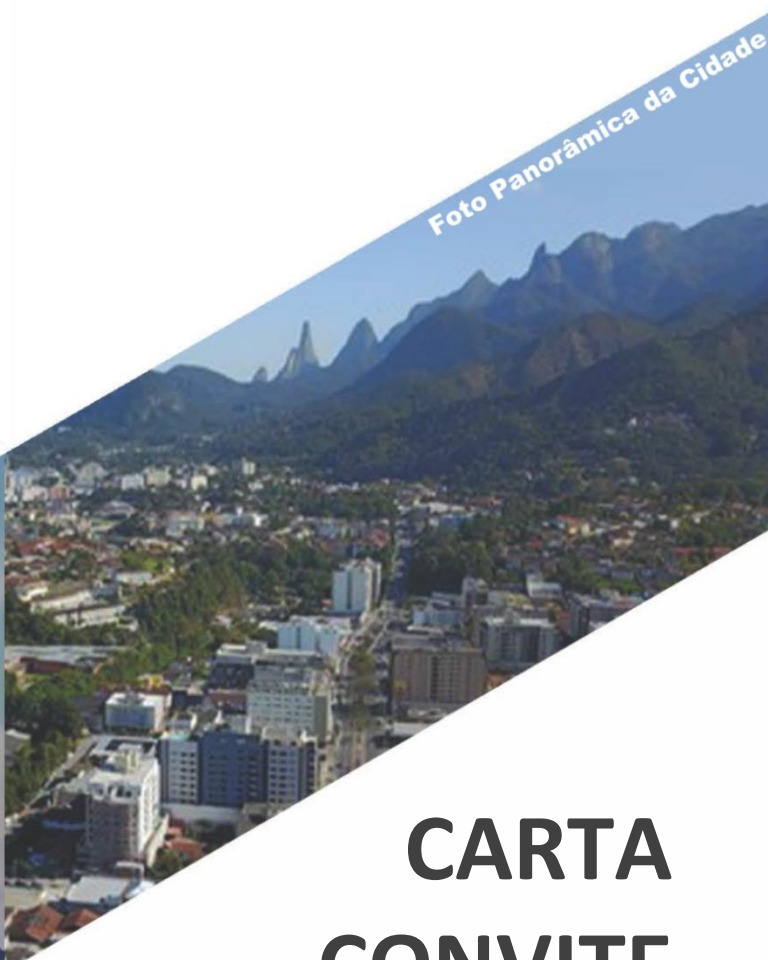




**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TERESÓPOLIS**

PMT-RJ  
PROCESSO N.º  
RUBRICA:  
FLS.:

Foto Panorâmica da Cidade



# **CARTA CONVITE 001/2019 REPUBLICAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE  
GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES  
VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO,  
TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM  
TERESÓPOLIS/RJ

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/05/2019 às 15h00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ	
PROCESSO Nº	
RUBRICA:	FLS:

## **SEJA UM FORNECEDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS**

A *Prefeitura Municipal de Teresópolis* disponibiliza o acesso às oportunidades de fornecimento através do site eletrônico [www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br).

### **Oportunidades de Fornecimento:**

Procedimentos agendados, acesso aos editais e notícias do andamento dos processos.

### **Licitações ao vivo:**

Transmissão em áudio e vídeo das sessões públicas em tempo real e o arquivo com todos os procedimentos já transmitidos.

### **Seja um fornecedor:**

Conheça a relação de documentos para se obter o Certificado de Registro Cadastral e realize o seu pré-cadastro.

### **Linhas de Fornecimento:**

Tenha acesso ao Planejamento Estimativo Municipal de Compras, com a previsão de aquisições a serem realizadas no próximo período.

### **Compras Governamentais:**

Tenha acesso ao Catálogo de Itens ativos em registro de preço no município; O tratamento diferenciado e simplificado para os Pequenos Negócios; E dados sobre o Sistema de Monitoramento das Compras Governamentais com indicadores das licitações realizadas.

**Secretaria Municipal de Administração**  
**Departamento de Suprimentos e Licitações**  
Centro Administrativo Prefeito Celso Dalmaso  
Avenida Feliciano Sodré, 611 - Várzea – Teresópolis/RJ  
[licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br)  
(21) 2742-3885



CHECK LIST DE APOIO A LICITAÇÃO

Apresentamos uma sugestão de Check List para as exigências desta licitação, servindo como apoio para o Credenciamento, elaboração do ENVELOPE Nº 1 - Proposta de Preço e o ENVELOPE Nº 2 - Habilitação. O seu uso não é obrigatório.

ENTREGAR NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO		
DOCUMENTOS FORA DOS ENVELOPES		CONTROLE
Ato Constitutivo 8.1.1. ou 8.1.2. ou 8.1.3. 8.1.4. ou 8.1.5. e 8.1.6 conforme o caso		
Procuração 8.1.7. no caso de Procurador com poder para representar a Licitante		
Documento de Identificação com foto 8.1.8.		
Credenciamento 8.2. - Anexo III		
Pleno Atendimento 8.3. - Anexo IV		
Equiparação de Pequenos Negócios Lei Federal 123/06 8.3 - Anexo IX Somente para enquadrados na Lei Complementar Federal nº 123/2006 (MEI, ME, EPP e Cooperativas)		
ENVELOPE Nº 1 HABILITAÇÃO	Deverão ser entregues lacrados, com assinatura do representante da licitante nos quatro cantos e ambos os lados com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa, número da licitação e número do Processo Administrativo.	
ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA		

ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS	DENTRO
Proposta de Preços 9. e Anexo IV	



ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO	DENTRO
<b>6.9.1. - Habilitação Jurídica</b>	
Ato Constitutivo - conforme o caso 8.12.1. ou 8.12.2. ou 8.12.3. ou 8.12.4. ou 8.12.5. e 8.12.6.	Caso tenha apresentado no Credenciamento, não é necessário incluir no Envelope
Declaração art.º 7º inciso XXXIII da Constituição Federal 8.12.7. e Anexo VII	
Declaração sobre funcionário inelegível – 8.12.8. e Anexo X	
Declaração de parentesco - 8.12.9. e Anexo XII	
Declaração de não emprego forçado e degradante – 8.12.10. e Anexo VII	
Modelo de declaração de prazo de entrega – 8.12.11. e Anexo XI	
Declaração benefício Previdência Social – 8.12.12. e Anexo XIII	
<b>6.9.2. - Regularidade Fiscal e Trabalhista</b>	
Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) – 8.13.1.	
Inscrição Municipal (se for o caso) - 8.13.2.	
Inscrição Estadual (se for o caso) - 8.13.3.	
Certidão da Dívida Ativa União e Receita Federal - 8.13.4. a)	
Certidão de regularidade (ICMS) Estadual - 8.13.4. b)	
Certidão de regularidade (Dívida Ativa) Estadual - 8.13.4. c)	
Certidão de regularidade Municipal - 8.13.4. d)	
Certificado de Regularidade de Situação ao FGTS - 8.13.5.	
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT - 8.13.6.	
<b>6.9.3. - Qualificação Técnica</b>	
Atestado de Capacidade Técnica – 8.14.1.	
Quadro de composição técnica – 8.14.2.	
Certidão Atualizada Empresa e Responsáveis técnicos no Conselho e CAT - 8.14.3	
<b>6.9.4. - Qualificação Econômico-financeira</b>	
Balanço Patrimonial – 8.15.1	
Índice: Liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral 8.15.4. e Anexo VI	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
*Secretaria Municipal de Administração*  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ PROCESSO Nº RUBRICA:	FLS:
-----------------------------------	------

### **CARTA-CONVITE Nº 001/2019 – REPUBLICAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS

A Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Comissão Municipal de Licitação, designada pela **Portaria GP n.º 241 de 12 de fevereiro de 2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONVITE, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS**. Tal contratação é solicitada pelas Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Teresópolis e que o mesmo se realizará no dia **18 de Abril de 2019, às 10horas**.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS**  
**DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO**

**Em, 24 de Abril de 2019**

**OBS.: Visando comunicação futura entre o Departamento de Suprimento e Licitação e as Empresas que retiraram o edital, solicitamos o preenchimento deste recibo de entrega e remeter à Prefeitura Municipal de Teresópolis, pelo e-mail [licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br) ou Fax nº (21) 2742-3885.**

**A não remessa do recibo exime o Departamento de Suprimento e Licitação da Prefeitura Municipal de Teresópolis, da responsabilidade de informar a empresa licitante, eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais, bem como servirá de elemento demonstrativo de recebimento do Instrumento Convocatório, necessário a modalidade Convite.**

**O PRESENTE EDITAL DEVERÁ SER IMPRESSO EM PAPEL OFÍCIO 2, A FIM DE EVITAR EVENTUAIS CORTES.**

**FIRMA:**

**CNPJ:**

**NOME:**

**IDENTIDADE:**

**TELEFONE:**

**FAX:**

**DATA:**

**ASSINATURA**



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

## **CARTA-CONVITE Nº 001/2019 – REPUBLICAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS

A Prefeitura Municipal de Teresópolis, através da Comissão Municipal de Licitação, designada pela **Portaria GP n.º 241 de 12 de fevereiro de 2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONVITE, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS**. Tal contratação é solicitada pelas Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Teresópolis e que o mesmo se realizará no dia **02 de maio de 2019, às 15 horas**.

Os interessados poderão adquirir o Edital, na sala da Comissão Municipal de Licitação, no prédio do Centro Administrativo Pref. Celso Dalmaso, situada à Avenida Feliciano Sodré, 611 - Centro, nesta, no horário das 09:00 às 18:00 horas ou pelo Portal de Licitações em [www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br). Informações pelos telefones: (0XX21) 2742-3352 - ramal 251 e (0XX21) 2742-8685 ou pelo e-mail [licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br).

### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. A Prefeitura Municipal de Teresópolis, localizada na Avenida Feliciano Sodré, nº 675, através da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria GP n.º 241 de 12 de fevereiro de 2019, realizará licitação na modalidade CONVITE, DO TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS de acordo com as especificações e quantitativos elaborados pelas Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Teresópolis, constante dos Processo Administrativos nº 28.587/2018.

1.2. Fazem parte integrante do presente Edital, os seguintes anexos:





Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

Anexo I – Quantitativo e Especificações Técnicas;

Anexo II – Minuta de Contrato

Anexo III Modelo de credenciamento;

Anexo IV Modelo de declaração de pleno atendimento;

Anexo V Modelo de Proposta de Preços;

Anexo VI Parâmetros para análise de balanço;

Anexo VII Modelo de declaração sobre trabalho de menores;

Anexo VIII Modelo de declaração trabalho forçado ou degradante

Anexo IX Modelo de declaração de Equiparação como Pequenos Negócios;

Anexo X Modelo de declaração sobre funcionário inelegível.

Anexo XI Modelo de declaração de prazo de entrega

Anexo XII Modelo de Declaração conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal

Anexo XIII Modelo de Declaração atendimento beneficiário Previdência Social

1.3. Qualquer informação sobre este Convite poderá ser obtida na Comissão Municipal de Licitação, no prédio do Centro Administrativo Pref. Celso Dalmaso, situado na Avenida Feliciano Sodré, 611, pelos telefones (0XX21) 2742-3352 - ramal 251 e (0XX21) 2742-8685 a partir das 09:00 horas, ou pelo e-mail [licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br).

1.4. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão de Licitação, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.

1.5. As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizados através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no prazo estipulado pela legislação vigente.

## 2. OBJETO

2.1. O objeto da Licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA,



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

**BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS** conforme especificado e quantificado no Anexo I

2.2. Valor Global de R\$ 305.038,68 (trezentos e cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos)

### **3. DA REALIZAÇÃO**

3.1. O presente Convite será realizado no dia **02/05/2019 às 15h00** na Sala do Departamento de Suprimento e Licitação no prédio do Centro Administrativo Pref. Celso Dalmaso, situado na Avenida Feliciano Sodré, 611 – Várzea – Teresópolis.

3.2. Não serão admitidos atrasos em hipótese alguma.

### **4. DA EXECUÇÃO**

4.1. A execução do objeto descrito na Cláusula primeira será prestada de forma direta, regida a relação entre a Prefeitura Municipal de Teresópolis e o licitante contratado, pelos termos deste Edital, o futuro empenho a ser emitido e legislação indicada na Cláusula sexta.

### **5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. Os recursos para cobertura das despesas da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS ESPECIAIS**

**02.002.04.122.0006.1028.3.3.90.39.00.00 Conta 34 Recurso royalties**

### **6. DO SUPORTE LEGAL**

6.1. Este Convite é regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

### **7. PRAZO DE EXECUÇÃO**

7.1. O prazo para execução do objeto será de 05 (cinco) dias corridos, contando o seu início a partir do recebimento da autorização de início dos serviços emitida pela Secretaria solicitante, ficando a seu critério o estabelecimento de horário para a





Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

devida prestação de serviços, sendo certo que o regime de execução é o de unitária por preço.

7.1.1. Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

7.1.2. Na hipótese de não ser observado o prazo estipulado para entrega, a licitante / contratada sujeitar-se-á ao pagamento de 1% (um por cento) ao mês, “*pro rata dia*” incidente sobre o valor da compra do objeto da presente licitação.

## 8. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

### 8.1. Para o Credenciamento deverão ser entregue a Comissão de Licitação:

8.1.1. No caso de Empresário Individual: Declaração de Firma Mercantil Individual ou Requerimento de Empresário, em vigor, registrado na Junta Comercial, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.1.2. No caso de Sociedades Empresariais ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.1.3. No caso de Sociedades Civis: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado no Registro Público competente, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.1.4. No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

8.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 8.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.1.7. Tratando-se de procurador deverá ser apresentado o instrumento de procuração público ou particular junto a Instrumento de Credenciamento (modelo Anexo II deste Edital) com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 4.4 e seus subitens, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 8.1.8. O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação com foto, devendo este estar com validade na data do certame, bem como a cópia do mesmo.
- 8.1.9. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.
- 8.2. Deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 1 e 2, no momento do Credenciamento, o Instrumento de Credenciamento (modelo Anexo III), assim como a Declaração de Pleno Atendimento (modelo Anexo IV), sob pena de desclassificação.**
- 8.3. Para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06, os proponentes deverão apresentar, fora dos Envelopes nºs 1 e 2, no momento do Credenciamento, a Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo IX), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.**
- 8.4. No ato de credenciamento, o representante de cada empresa licitante deverá apresentar, simultaneamente, os 2 (dois) envelopes fechados, indevassáveis e rubricado em todos os cantos em ambos os lados, sendo:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante no momento do Credenciamento, a Presidente da Comissão de Licitação verificará o



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.5.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis));
- 8.5.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 8.5.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>);
- 8.5.4. A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.
- 8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.7. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões.
- 8.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Presidente da Comissão de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas.
  - 8.8.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 8.8.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
  - 8.8.3. Constatada a existência de sanção, a Presidente da Comissão de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

8.10. Na habilitação, a Administração Pública, em ato público, abrirá os ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO que deve ser rubricada pelos LICITANTES PRESENTES e pela Comissão Municipal de Licitação, conforme determinam os parágrafos 1º e 2º do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

8.10.1. A documentação relativa à habilitação e proposta deverá ser colocada dentro de envelopes opacos, tamanho ofício, lacrado, contendo na parte externa, obrigatoriamente as seguintes indicações:

Envelope “A” – Habilitação

(Órgão Licitador - PMT)

CONVITE Nº 001/2019 – 18 de Abril de 2019 - às 10 horas

Nome e endereço completo do Licitante

8.11. O **ENVELOPE Nº 01** deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico financeira, à regularidade fiscal, trabalhista e ao cumprimento no disposto no art.º 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, bem como outras declarações a serem exigidas, em conformidade com o previsto a seguir:

8.12. **Habilitação Jurídica:**

8.12.1. No caso de Empresário Individual: Declaração de Firma Mercantil Individual ou Requerimento de Empresário, em vigor, registrado na Junta Comercial, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.12.2. No caso de Sociedades Empresariais ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.12.3. No caso de Sociedades Civas: Contrato ou Estatuto Social em vigor, registrado no Registro Público competente, acompanhado da alteração contratual ou ata de eleição ou designação dos atuais administradores, se for o caso, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 8.12.4. No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)
- 8.12.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.12.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.12.7. Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Modelo Anexo VII);
- 8.12.8. Declaração sobre funcionário inelegível (Modelo Anexo X);
- 8.12.9. Declaração de parentesco, conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal (Modelo Anexo XII);
- 8.12.10. Declaração de não emprego de trabalho forçado ou degradante (Modelo Anexo VII)
- 8.12.11. Declaração de prazo de entrega (Modelo Anexo XI).
- 8.12.12. O licitante vencedor deverá apresentar a Declaração que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada (Anexo Modelo XIII), na seguinte proporção:
- I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
  - II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
  - III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
  - IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).
  - V – A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

8.12.13. Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

8.12.14. Caso os documentos exigidos nos itens 8.12.1, 8.12.2, 8.12.3, 8.12.4, 8.12.5 e 8.12.6, conforme o caso, tenham sido apresentados para o credenciamento, não há necessidade de apresentá-los novamente dentro do ENVELOPE Nº 01.

**8.13. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.13.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.4. Prova de regularidade para com as Fazendas:

a) Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

b) Estadual (ICMS, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro);

c) Estadual (Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro); e

d) Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;

8.13.5. Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS conforme Lei Federal nº. 8.212, de 24/07/91, dentro do período de validade, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

8.13.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal Nº 12.440, de 07/07/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

8.13.7. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

8.13.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;





Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

8.13.9. O licitante qualificado como Pequenos Negócios, pela apresentação da Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo IX), deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.14. **Qualificação Técnica:**

8.14.1. Comprovação de aptidão por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica, que comprove que a empresa licitante tenha aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.14.2. Deverá ser apresentada a qualificação técnica da equipe profissional, devendo dispor de uma Equipe Técnica composta por no mínimo:

a) Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor, além de 4 ou mais técnicos de nível médio, especializados em mapeamento cadastral urbano.

b) Assistentes técnicos: profissionais com formação em nível médio, para revisão e edição, de acordo com a demanda especificada para cada produto.

c) A empresa poderá apresentar outros profissionais de acordo com a demanda dos serviços. Os profissionais previstos neste termo de referência deverão ser relacionados com a especificação de suas funções de acordo com cada etapa de trabalho na proposta técnica.

8.14.3. A qualificação e a experiência dos profissionais de nível superior, vinculados ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), serão comprovadas mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Profissional de origem.

8.14.3.1. No caso do Coordenador, a experiência poderá ser comprovada por meio de atestados ou declarações fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme rege a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

8.14.3.2. A empresa licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) comprovando a execução de Levantamento Planialtimétrico cadastral urbano de no mínimo 10,0 km², emitida pelo Conselho Profissional de origem, bem como inscrição no Ministério da Defesa na "Categoria A"



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

8.14.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

**8.15. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.15.1. Apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis forma da lei.

8.15.2. Para efeito de segurança no procedimento licitatório, o Balanço Patrimonial a ser apresentado, deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa licitante.

8.15.3. Poderá ser apresentado, para de autenticação dos livros contábeis, a Escrituração Digital, através da apresentação do recibo de entrega e Demonstrações Financeiras (sendo dispensada a autenticação nas juntas comerciais conforme o Disposto no Decreto nº 8.683 de 25/06/2016), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

8.15.3.1. O Balanço Patrimonial deverá estar assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC;

8.15.3.2. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do balanço de abertura;

8.15.3.2.1. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.15.4. Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, que deverá ser comprovado através de documento conforme Modelo Anexo VI devidamente assinado pelo representante legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de registro no CRC - Conselho regional de Contabilidade.

8.15.4.1.1. A não apresentação ou incorreções nos referidos índices, inabilitará a empresa caso esta não possua um capital social mínimo



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

de 5% do valor total estimado deste Convite, independente dos valores dos itens cotados;

- 8.15.4.2. Certidão Negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica;
- 8.15.4.3. Certidão ou declaração expedida por órgão competente, informando a quantidade e as competências dos Distribuidores da Comarca da sede da pessoa jurídica.
- 8.15.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.15.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Pequenos Negócios seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.15.6.1. Havendo alguma restrição na documentação para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de (05) cinco dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame, podendo este ser prorrogado por igual período a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme artigo 43 Parágrafo 1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 8.15.6.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Pregoeira convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação, conforme § 1º e 2º do artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 8.15.7. Os documentos necessários à habilitação e ao credenciamento poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório ou por servidor do Departamento de Suprimento e Licitação deste Município ou publicação em órgão oficial e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo;



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 8.15.7.1. A autenticação dos documentos NÃO SERÁ feita durante a sessão do Convite, devendo o licitante providenciá-las pelos menos 24 horas antes do certame.
- 8.15.8. Os documentos apresentados em original não serão devolvidos, permanecendo integrantes ao processo licitatório.
- 8.15.9. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal.
- 8.15.10. Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se:
- a) Estiverem devidamente registrados nos órgãos competentes do país de origem;
  - b) Estiverem devidamente legalizados em órgão do Ministério do Exterior do Brasil, podendo ser em repartição consular do Brasil no país de origem;
- 8.15.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;
- 8.15.12. Os licitantes possuidores do Certificado de Registro Cadastral - CRC inscritos na Seção de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Suprimento e Licitação da Secretaria Municipal de Administração, deverão retirar o documento de "EMPRESA HABILITADA" no dia útil anterior a abertura do certame, documento este que substitui os documentos solicitados nos itens 8.7.1, 8.7.2, 8.7.3, 8.7.4, 8.7.5 e 8.7.6 caso já conste em seu Cadastro nesta municipalidade;
- 8.15.13. Mesmo que o licitante possua o Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pelo Departamento de Suprimentos e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, deverá ser apresentado os atestados de capacitação técnica exigidos neste edital.
- 8.15.14. Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória a apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas ANTES DA LICITAÇÃO, por um dos funcionários da Departamento de Suprimento e Licitação desta municipalidade.
- 8.15.15. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 8.15.15.1. Para os documentos que não apresentarem esta informação, será considerado como prazo de validade o período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão, com exceção dos atestados de capacidade técnica que por Lei é vedada a limitação de tempo;
- 8.15.15.2. Os certificados/certidões deverão ter prazo de validade com vencimento até, no mínimo, a data marcada para a abertura dos envelopes;
- 8.15.15.3. As declarações exigidas neste edital, a serem firmadas pelo licitante, deverão estar datadas em, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data marcada para a abertura dos envelopes.
- 8.15.16. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo.
- 8.15.17. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.
- 8.15.18. Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a proponente será desclassificada.
- 8.15.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS**

- 9.1.1. O envelope B, em envelopes opacos, tamanho ofício, lacrado, contendo na parte externa, obrigatoriamente as seguintes indicações:

Envelope “B” - Proposta de Preços

(Órgão Licitador - PMT)

CONVITE Nº 001/2019 – 18 de Abril de 2019 - às 10 horas

Nome e endereço completo do Licitante

- 9.2. A Proposta de Preço poderá ser apresentada em papel timbrado da firma ou no anexo V que acompanha este Convite, devendo ser digitada, datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo a razão social e o C.N.P.J. da firma proponente, preço unitário, valor total da proposta, condições de pagamento, observada a Cláusula 13 deste Convite e validade da mesma que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 9.3. A Proposta de Preço não poderá conter borrões e rasuras.
- 9.4. Nenhum valor da proposta poderá ser superior aos estimados pela Administração, sob pena de desclassificação;
- 9.5. Os envelopes deixados pelos licitantes antes do ato licitatório, só serão recebidos se forem devidamente rubricados no lacre.
- 9.6. A proposta de preços deverá ter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- 9.7. Pode a Comissão solicitar a exibição do original de qualquer documento para dirimir eventual dúvida.
- 9.8. Não será aceita desistência de proposta após a abertura da mesma, sob pena de aplicarem-se as penalidades descritas na Cláusula 12 deste Convite.

## **10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

- 10.1. A abertura dos envelopes “B”, que contém as propostas, será posterior a abertura do envelope “A”, referente à habilitação dos concorrentes, desde que transcorrido o prazo de Lei sem interposição de recursos, ou deles tenha havido desistência expressa ou após o julgamento daqueles por ventura interpostos.
- 10.2. Serão consideradas inabilitadas as empresas cujos documentos do envelope “A”, não atendam as exigências da Cláusula 9, deste Edital, bem como serão desclassificadas as propostas constantes do envelope “B” que não satisfaçam as exigências deste Edital.
- 10.3. Os documentos de habilitação, bem como as propostas, deverão ser rubricados pelos representantes legais das empresas licitantes, representantes, da respectiva secretaria, que estiverem presentes e os membros da Comissão de Licitação sendo, a seguir, lavrada ata circunstanciada.
- 10.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Convite, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 10.5. Não se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 10.6. A análise e aprovação serão exercidas pelo órgão solicitante, através de representante por ele indicado, devidamente credenciado, uma vez que o órgão solicitante é inteiramente responsável pela descrição dos itens constantes no anexo II, copiados conforme a solicitação da secretaria e de acordo com o Processo Administrativo nº 28.587/2018.





Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 10.7. Os impostos, taxas e demais encargos deverão estar inclusos no valor da proposta.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 11.1. O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Municipal de Licitações e um representante da Secretaria solicitante, obedecendo ao critério de MENOR VALOR GLOBAL.
- 11.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados. (Art. 45 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93). Decorridos 20 (vinte) minutos da hora marcada para o sorteio, sem que compareçam todas as licitantes, o sorteio realizar-se-á com a presença de qualquer número de licitantes.
- 11.3. Com base na classificação das propostas, será assegurada às licitantes Pequenos Negócios, conforme classificação da Lei Complementar Federal nº 123, de 2016 e suas posteriores modificações, e que apresentaram a **Declaração de Equiparação de Pequenos Negócios (modelo Anexo IX)** preferência à contratação, pelas seguintes regras:
- 11.3.1. A Presidente da Comissão de Licitação convocará o Pequenos Negócios, detentor da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 11.3.2. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 11.3.1. deste Edital.
- 11.3.3. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais Pequenos Negócios, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 11.3.1. deste Edital.
- 11.3.4. Caso a detentora da melhor oferta esteja equiparado aos Pequenos Negócios, como a Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas posteriores modificações, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 11.4. Não havendo interposição de recurso, ou na hipótese de todos os licitantes abrirem mão do mesmo, o sorteio será imediatamente ultimado.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 11.5. A homologação dos procedimentos bem como a adjudicação do objeto, caberá ao Secretário solicitante, que poderá ainda, anular ou revogar a presente Licitação por despacho motivado, sem que caiba às proponentes direito a qualquer indenização.

## **12. DAS PENALIDADES**

- 12.1. Ao vencedor, adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela execução dos serviços, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto e de acordo com o objeto do presente Convite, serão aplicadas as seguintes penalidades:
- 12.1.1. Advertência por escrito;
  - 12.1.2. Multa de 5% sobre o valor do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;
  - 12.1.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar a Administração por período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;
  - 12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento de danos.
  - 12.1.5. A Sanção indicada no subitem 12.1.2 poderá ser aplicada conjuntamente com as estabelecidas pelos subitens 12.1.1, 12.1.3, e 12.1.4, na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado.
  - 12.1.6. Será garantido, nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do Art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **13. DA VISITA TÉCNICA**

- 13.1. Não será obrigatório visita técnica, mas aqueles que se interessarem poderão o fazer solicitando agendamento de acompanhamento técnico a ser agendado com a Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

## **14.DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

14.1. A(s) Empresa(s) licitante(s) vencedora(s), ficará(ão) obrigada(s) a trocar as suas expensas, o(s) materiais que vier (em) a apresentar problemas que não possam ser corrigidos e/ou sejam diferentes dos especificados neste edital, sendo que o ato do recebimento (que deverá, quando for o caso, observar as disposições do § 8º do art.15 e arts. 73 a 76 e seus parágrafos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores) não importará na sua aceitação.

## **15.DOS RECURSOS**

15.1. Os recursos interpostos contra as decisões proferidas pela Comissão Municipal de Licitações, somente serão acolhidos nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante requerimento protocolado nesta prefeitura no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

§ 1º - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

§ 2º - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 3º - Pedido de reconsideração de decisão do Prefeito Municipal, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº.8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

## **16.DA CONTRATAÇÃO**

16.1. Após a adjudicação e homologação, a Administração Municipal, através da Procuradoria Geral, convocará o licitante / vencedor em até 02 (dois) dias, para que este assine o termo de contrato. Se o licitante / vencedor deixar de assinar o



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação ou da comunicação para a assinatura do contrato e, sem justificativa apresentada por escrito, caducará o seu direito de vencedor, sujeitando-se às penalidades em conformidade com o disposto no artigo 81 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

- 16.2. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, desde que seja alegado fato relevante, comunicado à Administração e esta o aceite.
- 16.3. O “termo de contrato” poderá ser substituído pela “ordem de compra”, independente do seu valor, nos casos de compra com execução imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- 16.4. Entende-se por execução imediata aquelas efetuadas a partir do o recebimento do pedido de fornecimento por parte da empresa vencedora.

## **17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 17.1. Representante do contratado deverá formalizar processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, contendo:
- a) Nota Fiscal com o correto detalhamento dos itens fornecidos;
  - b) Relatório de execução, quando for o caso;
  - c) Cópia do contrato ou instrumento equivalente, inclusive eventuais aditivos;
  - d) Nota de empenho;
  - e) Comprovação de regularidade fiscal com as Fazendas:
    - I) Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
    - II) Estadual (ICMS e Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro) e;
    - III) Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;
  - f) Pagamento da tarifa do Protocolo Geral, quando for o caso.
- 17.2. Os pagamentos ocorrerão 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações devendo as faturas serem apresentadas no Protocolo Geral do Município;



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 17.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documentação complementar por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 17.4. Quando o objeto da licitação for serviço, no momento do pagamento, serão descontados os seguintes valores:
- a) INSS: 11% (onze por cento);
  - b) Imposto Sobre Serviço (I.S.S.): 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento); e
  - c) Imposto de Renda: 1,5% (um e meio por cento).
- 17.5. Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido, o valor será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata dia”;
- 17.6. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Município de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata dia”.

## **18.DA RESCISÃO**

- 18.1. O Contrato que vier a ser celebrado poderá ser rescindido caso ocorra qualquer das situações previstas no Artigo 78 da Lei de Licitações.

## **19.DA RESPONSABILIDADE**

- 19.1. Responsabiliza-se a contratada por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não se eximindo dessa responsabilidade quando houver acompanhamento da execução por órgão do Município.

## **20.DAS OBRIGAÇÕES**

- 20.1. Responsabiliza-se a contratada por manter durante toda a execução do contrato, as mesmas condições exigidas para a sua habilitação e qualificação no certame.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

## **21.DA PUBLICAÇÃO**

- 21.1. Competirá à Administração, promover às suas expensas, a publicação no Diário Oficial do Município, o extrato do contrato firmado.

## **22.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

- 22.1.1. Para efeito de antecipação, a impugnação poderá ser iniciada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br), pelo fax (0XX21) 2742-3352, devendo a mesma ser formalizada por petição protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis.

- a) Assunto: Convite nº - IMPUGNAÇÃO - Razão Social da solicitante
- b) No corpo da solicitação: Razão Social da Empresa; nome completo da Pessoa Física (representante da empresa e solicitante representante), CNPJ/CPF, Telefone para Contato, E-mail; razões fundamentadas.

- 22.1.2. Caberá a Presidente da Comissão de Licitações decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

- 22.1.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

- 22.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o e-mail [licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br), contendo:

- a) Assunto: Convite nº - IMPUGNAÇÃO - Razão Social da solicitante
- b) No corpo da solicitação: Razão Social da Empresa; nome completo da Pessoa Física (representante da empresa e solicitante representante), CNPJ/CPF, Telefone para Contato, E-mail; questionamentos.

- 22.3. Caberá ao Pregoeiro prestar os esclarecimentos, com apoio, quando necessário da Secretaria Requisitante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

- 22.4. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros do Departamento de Suprimentos e Licitações, bem como a Comissão de Licitação, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.





Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

- 22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 23.1. A critério do Município de Teresópolis a data desta licitação poderá ser transferida. Ao Município de Teresópolis, observados os preceitos legais sobre a matéria, fica reservado o direito de aceitar a(s) proposta(s) total ou parcialmente, de rejeitar todas as propostas ou de anular ou revogar a licitação mesmo depois de adjudicado seu objeto, atendendo a seu interesse administrativo, sem que caiba aos licitantes direito de qualquer reclamação ou indenização, respeitados os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93.
- 23.2. A critério exclusivo do MUNICÍPIO, a quantidade de cada item poderá ser aumentada ou diminuída, obedecido o limite previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações.
- 23.3. Aplica-se aos casos omissos a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 23.4. A Prefeitura reserva-se o direito de escolher a proposta que mais lhe for vantajosa, ou recusar todas, anulando ou revogando o procedimento, total ou parcialmente, se assim for de interesse público, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização.
- 23.5. A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente:
- 23.6. Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Município informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- 23.7. Assumirá integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto licitado, caso seja vencedora da licitação;
- 23.8. Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

**Teresópolis, 24 de Abril de 2019.**  
**Fábio Cunha Cardoso**  
**Secretário Municipal de Planejamento e Projetos Especiais - Interino**



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

## **ANEXO I:**

### **QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **PROJETO BÁSICO**

#### ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS/RJ.***

#### **1. INTRODUÇÃO**

A cidade de Teresópolis fica localizada na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, no Sudeste do Brasil. É a cidade mais alta do estado do Rio de Janeiro (altitude média de 869m) e, portanto, uma das com clima mais frio. Em 2017, sua população era estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 176.060 habitantes, sendo o 19º mais populoso de seu estado.

O município de Teresópolis ocupa a superfície de 770,601km<sup>2</sup> e está oficialmente subdividida em três distritos. São eles: 1º-Teresópolis ,2º- Vale de Bonsucesso e 3º Vale do Paquequer. A cidade, atualmente é formada por 50 bairros oficiais, além de localidades que ainda não são consideradas bairro.

No município, fisiograficamente predomina o relevo montanhoso e escarpado com vales encaixados. As unidades geológicas são basicamente constituídas de gnaisses e granitos. Os solos são predominantemente Cambissolos e Latossolos Vermelho-Amarelos nos interflúvios, enquanto nas várzeas predominam os Gleissolos e os solos Aluviais. O ponto culminante do município está na Pedra do Sino, que atinge os 2 263 metros. Por suas formações montanhosas, Teresópolis é considerado a capital nacional do montanhismo.

O crescimento desordenado da cidade como um todo gerou um grande pico de construções de padrão regular, muitas delas em encostas de morros. Entre 2000 e 2007, a cidade experimentou algumas novas dinâmicas de ocupação de espaços. Algumas regiões experimentaram forte aumento de habitantes, com crescimento acima de 20%. O adensamento habitacional de áreas é visto como um desafio em termos de atendimentos, transportes e infraestrutura. A ausência de políticas públicas específicas para resolução desses problemas, resultou na consolidação do desenvolvimento urbano informal, com



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

assentamentos ilegais, formação de favelas, ocupações e construções irregulares, diversos vazios urbanos e especulação imobiliária, refletindo-se em segregação social e espacial, baixos índices de desenvolvimento humano e graves problemas sociais, ambientais, econômicos e de gestão atuais.

Este Termo de Referência a seguir objetiva fundamentar a contratação de empresa especializada em serviços especiais de engenharia para a execução de Levantamento Aerofotogramétrico Planialtimétrico, configurando como a primeira etapa para a realização do processo de regularização tributária de imóveis clandestinos/irregulares pertencentes ao Município de Teresópolis.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo deste Termo de Referência é a elaboração do Levantamento Aerofotogramétrico Planialtimétrico Cadastral em escala de detalhe (1:1.000) para subsidiar a Atualização Cadastral, com a finalidade imediata de integrar construções irregulares/clandestinas, ao contexto legal tributário do município e posterior elaboração de Projetos Urbanísticos e de Parcelamento do Solo.

## 3. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS

### INFORMAÇÕES SOBRE AS ÁREAS

<b>Município sede da intervenção /UF</b>	Teresópolis/Rio de Janeiro
<b>Serviço a ser executado</b>	Levantamento Topográfico Cadastral
<b>Nome da localidade</b>	Vargem Grande
<b>Quantidade em km²</b>	16,00

<b>Município sede da intervenção /UF</b>	Teresópolis/Rio de Janeiro
<b>Serviço a ser executado</b>	Levantamento Topográfico Cadastral
<b>Nome da localidade</b>	Albuquerque (todo)
<b>Quantidade de km²</b>	14,00

<b>Município sede da intervenção /UF</b>	Teresópolis/Rio de Janeiro
<b>Serviço a ser executado</b>	Levantamento Topográfico Cadastral
<b>Nome da localidade</b>	Ponte Nova
<b>Quantidade de km²</b>	13,50

<b>Município sede da intervenção /UF</b>	Teresópolis/Rio de Janeiro
<b>Serviço a ser executado</b>	Levantamento Topográfico Cadastral
<b>Nome da localidade</b>	Bonsucesso
<b>Quantidade de km²</b>	9,50



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

<b>Município sede da intervenção /UF</b>	Teresópolis/Rio de Janeiro
<b>Serviço a ser executado</b>	Levantamento Topográfico Cadastral
<b>Nome da localidade</b>	Vieira
<b>Quantidade de km²</b>	10,00

<b>Município sede da intervenção /UF</b>	Teresópolis/Rio de Janeiro
<b>Serviço a ser executado</b>	Levantamento Topográfico Cadastral
<b>Nome da localidade</b>	Bom Retiro e Tijuca
<b>Quantidade de km²</b>	0,85 (B.R) e 1,00 (Tijuca)

#### 4. RECOMENDAÇÕES/ORIENTAÇÕES PRELIMINARES

Para a elaboração dos levantamentos, execução e apresentação dos produtos deverão ser observados instrumentos normativos pertinentes discriminados nas Especificações Técnicas deste Edital.

ETAPAS	
<b>Serviço</b>	<b>Atividade</b>
<b><i>Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado por processo aerofotogramétrico.</i></b>	Pesquisa de material existente que possa auxiliar e agilizar a execução do Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado contendo a representação de meio digital dos aspectos físicos e urbanísticos do uso do solo.

#### 5. DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

**Objetivo:** representar e sistematizar os aspectos físicos, construtivos e urbanísticos das áreas mencionadas, através das Convenções Cartográficas preconizadas pela ABNT, em forma de níveis de informação individualizados, conforme detalhamento abaixo:

O levantamento planialtimétrico cadastral deverá ser referido ao Datum SIRGAS 2000, preconizado pelo IBGE e representar todos os detalhes de interesse visíveis em nível acima do solo, como: limites representados por cercas e muros, identificação da vegetação( manchas de matas, capoeira, relvas ou de culturas), cercas internas; todas as edificações em sua conformação atual, lotes, posteamentos, rede de AT, áreas de lazer como praças, ciclovias, e outros espaços públicos ou institucionais; barrancos, árvores isoladas, drenagem natural e artificial, caminhos, afloramentos rochosos, cemitérios e outros eventualmente existentes e compatíveis com a escala.



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

A altimetria contemplará curvas de nível de metro em metro e cotas em cruzamentos de ruas, bifurcações e em pontos notáveis como pontes e bueiros.

<sup>1</sup> O levantamento deverá estar amarrado ao sistema UTM, de referência horizontal e vertical, de modo a permitir a verificação de interferências com outras redes e o posterior cadastramento das plantas de regularização fundiária e das demais redes para infraestrutura completa da área. Se a empresa executora já dispuser em seus arquivos de algum material que possa acelerar a execução dos levantamentos poderá submetê-lo à SMPPE para sua utilização.

Um breve relatório do levantamento planialtimétrico cadastral deverá ser fazer menção aos seguintes detalhes: equipamentos utilizados, critério adotado para determinação da referência de nível inicial e a equipe técnica utilizada. O relatório facilitará a realização dos Cadastros Físicos, a serem feitos através das operações de cadastramento imobiliário.

MATERIAL A SER ENTREGUE		
<i><b>Etapas / Atividade</b></i>	<i><b>Produtos</b></i>	<i><b>Apresentação</b></i>
<b>Levantamento Planialtimétrico Cadastral</b> <ul style="list-style-type: none"><li>A representação dos imóveis lotes e construções será em forma de polígonos geometricamente fechados para conter sua área e perímetro</li></ul> Exigências: <ul style="list-style-type: none"><li>Denominação do lugar onde se localiza a área levantada;</li><li>Nome do responsável técnico e assinatura, com ART no CREA;</li><li>Dimensões lineares em metros, com duas casas decimais, contidas nos arquivos digitais;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Arquivo digital do levantamento no formato DWG e/ou DXF e JPG</li><li>Breve relatório com informações relevantes do levantamento;</li><li>Arquivo geral com polígonos fechados de lotes e edificações e arruamentos com layers distintos para cada feição, em arquivos com extensão DWG e/ou DXF (padrão Cad).</li></ul> Para cada medição será entregue inicialmente a o arquivo acima contendo as	<ul style="list-style-type: none"><li>Pranchas do levantamento, no formato A1 ou arquivo com informações contínuas a ser definido pela fiscalização;</li><li>Demais documentos em formato A4;</li><li>Obedecer às normas técnicas da ABNT;</li><li>Todos os arquivos finais gráficos serão entregues</li></ul>



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenadas UTM nos vértices da área em metros, com duas casas decimais;</li><li>• Curvas de nível adequadas ao relevo do terreno - Curvas de nível de metro em metro, cotando as curvas mestras com equidistância de cinco em cinco metros;</li><li>• Norte verdadeiro, declinação magnética e data;</li><li>• Amarração aos loteamentos existentes em um raio de 200m.</li></ul>	<p>informações de forma contínua, para cada localidade, acompanhado de cópia da ART inicial.</p> <p>O Fornecimento das ortofotos deverá ser obrigatoriamente em formato DWG e/ou DXF disponível para o Município.</p>	<p>com extensão DWG e/ou DXF , PDF,XLS e DOC ;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Todos os documentos produzidos deverão ser entregues também em meio digital (CD ou DVD).</li></ul>
--	---	---

## 7. CRONOGRAMA

O prazo de execução dos serviços será de 60 dias corridos, improrrogáveis, contados a partir da emissão da ordem de serviço para a empresa adjudicada, conforme discriminado no cronograma da página a seguir. Não estão incluídos no período de execução de serviços: prazos de avaliação pelas equipes técnicas de acompanhamento da Comissão Especial de Levantamento, para validação de cada produto; estão incluídos apenas os prazos para eventuais correções a serem processadas pela empresa executora.

Para facilitar e agilizar os serviços de cadastramento imobiliário pela contratante, poderão ser entregues inicialmente arquivos digitais contendo: arruamentos, lotes e edificações. O peso para medições dessas feições será correspondente à 60% do valor total, ficando 40% para as demais feições que compõem o levantamento.





Estado do Rio de Janeiro  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
 Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais

## 7.1. CRONOGRAMA FÍSICO

<b>Produto</b>	<b>Etapa / Atividade</b>	<b>Tempo Dias</b>	<b>Início</b>	<b>1ª Med.</b>	<b>2ª Med.</b>	<b>3ª Med.</b>	<b>Término</b>	<b>Unid. M2</b>	<b>Quant.</b>
Execução de serviços Topográficos nas localidades: 1- Vargem Grande 2- Albuquerque 3- Bom Retiro 4- Tijuca 5- Ponte Nova 6- Bonsucesso 7- Vieira	Levantamento Planialtimétrico	60	1	30 dias	45 dias	60 dias	60 dias		

## **8. CRITÉRIO DE APROVAÇÃO/CONDIÇÕES DE ACEITE DOS PRODUTOS**

Os produtos devem ser apresentados pela contratada em versão digital preliminar à Secretaria Municipal de Planejamento - SMPPE, para análise e acompanhamento das atividades executadas e, posterior, emissão de parecer técnico. Caso sejam necessárias correções, a contratada deve realizar os ajustes ou as complementações solicitadas, encaminhando novas versões quantas vezes forem necessárias, até aprovação definitiva dos produtos, de acordo com as normas técnicas vigentes e o estabelecido em contrato entre as partes.

Após a execução das devidas correções e a aprovação definitiva, os produtos em versão final deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Planejamento - SMPPE.

A data de obtenção das imagens para o trabalho não deverão ser anteriores ao ano de 2018.

Cada produto especificado deverá ser apresentado, obrigatoriamente, conforme orientação da Comissão Especial de Levantamento coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento – SMPPE e deverá ser apresentado em meio físico (impresso) e em meio digital, conforme especificado a seguir:

Na apresentação de cada etapa de medição (30, 45 e 60 dias) para medição, é exigida a entrega de cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART inicial relativa ao conselho a que pertence o profissional com curso superior envolvido, para juntada ao processo administrativo do contrato.

- ✓ Os produtos também devem ser inicialmente apresentados nas mídias CD ou DVD, formatados em DWG e/ou DXF(compulsoriamente), JPG. Após aprovação, os produtos finais devem estar nas extensões: PDF, DOC, XLS e DWG e/ou DXF para a entrega final.
- ✓ Os mapas e plantas que forem plotados o serão em papel sulfite, contendo escala gráfica e numérica, legenda e norte geográfico e magnético. A escala será determinada pela SMPPE, a qual poderá optar por receber arquivos contínuos, os quais facilitam sua utilização. Os demais documentos devem estar em formato A4 e ser impressos em papel tipo sulfite.
- ✓ A formatação dos arquivos em dwg e/ou DXF deverá estar baseada em normas adotadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais - SMPPE, que serão fornecidas pela Comissão Especial de Levantamento, sendo dada preferência por arquivos contendo o mapeamento de forma contínua, medida que facilita sua utilização por evitar o cote dos polígonos na linha de limite entre as folhas.

Os relatórios, e demais documentos solicitados poderão ser complementados com tabelas, mapas, quadros, formulários, entre outros, que se fizerem necessários para a perfeita compreensão dos serviços executados. Todas as peças técnicas, componentes do trabalho executado pela contratada, deverão ser entregues nos prazos previstos em contrato e passarão a pertencer à Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais – SMPPE.



## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da empresa a ser contratada para a realização dos serviços:

- ✓ Utilizar mão-de-obra capacitada e suficiente, bem como instrumentos necessários para a execução dos serviços, assegurando sua finalização nos prazos convencionados;
- ✓ Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Teresópolis;
- ✓ Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;
- ✓ Retirar de atividade, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação da CONTRATANTE, qualquer empregado ou técnico que, a critério da CONTRATANTE, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
- ✓ Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços a efetuar, como também, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- ✓ Executar os serviços obedecendo à melhor técnica vigente e enquadrando-se rigorosamente nos preceitos normativos da ABNT;
- ✓ Substituir e/ou complementar as peças técnicas produzidas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento – SMPPE, Prefeitura Municipal de Teresópolis;
- ✓ Assumir inteira responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e resultantes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência;
- ✓ Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude de culpa ou dolo na execução do contrato, independente de ocorrerem ou não em áreas correspondentes à natureza de seus trabalhos;
- ✓ Manter atualizada a Certidão Negativa de Débito – CDN, durante a vigência do contrato, quanto a tributos federais, estaduais e municipais, bem como às contribuições sociais e ao Certificado de Regularidade de FGTS – CRF, com as devidas comprovações entregues na Secretaria Municipal de Planejamento – SMPPE;
- ✓ Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de serviços nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da lei 8.666/93;
- ✓ Emitir Nota Fiscal correspondente a sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- ✓ No caso de denúncias de qualquer natureza, a contratada deverá encaminhar um técnico ao local, imediatamente, para apurar e fazer relatório sobre a precedência das mesmas, instruído com a devida documentação comprobatória;
- ✓ Constar em seu quadro técnico, profissionais inscritos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que atuarão como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados<sup>2</sup>;
- ✓ Quando houver necessidade de aprovação e licenciamento dos projetos em órgãos externos, como as prefeituras municipais obrigam-se a empresa contratada a responsabilizarem-se por eventuais correções, ajustes ou complementações solicitadas, encaminhando novas versões quantas vezes forem necessárias até a aprovação definitiva, de acordo com as normas técnicas vigentes e o estabelecido entre as partes em contrato.
- ✓ Quando da assinatura do contrato, será exigida da contratada que a mesma possua em seu quadro técnico no mínimo 04 técnicos com boa experiência em mapeamento cadastral urbano, e um engenheiro cartógrafo, ou agrimensor como supervisor técnico da equipe.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
*Secretaria Municipal de Administração*  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ PROCESSO Nº RUBRICA:	FLS:
-----------------------------------	------

## 10. LOCALIZAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS

Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais  
Av. Feliciano Sodré, 611  
Várzea – Teresópolis– CEP: 25963-670  
2127424400  
Teresópolis, 19 de outubro de 2018.

Paulo Henrique Teixeira Nogueira  
Subsecretário de Urbanismo e Habitação  
Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais - SMPPE



## ANEXO II

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE \_\_\_\_\_,**  
**QUE NA FORMA ABAIXO ENTRE SI FAZEM:**

Por este instrumento particular, as partes abaixo mencionadas e qualificadas, acordam entre si firmar o presente Contrato de prestação de serviços, conforme as cláusulas e condições a seguir elencadas:

#### 1 – Qualificação das Partes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**, inscrita no CNPJ nº 29.138.369/0001-47, com sede na Av. Feliciano Sodré, 611 – Várzea – Teresópolis – RJ, neste ato representada por seu Secretário **Fábio C. Cardoso**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxe CPF nº xxxxxxxxx, residente e domiciliado em Teresópolis – Rio de Janeiro; e por seu Subsecretário de Urbanismo e Habitação **Paulo Henrique T. Nogueira**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxe CPF nº xxxxxxxxx, residente e domiciliado em Teresópolis – Rio de Janeiro  
**CONTRATANTE.**

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, situada na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, brasileiro (a), casado (a), portador (a) da CI/RG. nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente **CONTRATADA.**

### DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade de Carta Convite nº xxxxxxxx, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Estadual nº 17.928/2012, conforme termo de Homologação e processo administrativo nº xxxxxxxx, regendo-o no que for omissivo.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1.1. Constitui objeto do presente Contrato \_\_\_\_\_, conforme descrições contidas no Termo de Referência e Anexos que fazem parte integrante do presente instrumento e proposta comercial da Contratada.

1.2. Os serviços deverão atender a todas as orientações constantes no Termo de Referência.

1.3. Os serviços deverão abranger as seguintes atividades:

- a) levantamento topográfico planialtimétrico cadastral de dois bairros no 1º distrito;
- b) levantamento topográfico planialtimétrico de mais 5 áreas do interior, todos mencionadas no Termo de Referência.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE APROVAÇÃO / CONDIÇÕES DE ACEITE DOS PRODUTOS

2.1. Os produtos devem ser apresentados pela contratada em versão preliminar a uma comissão, determinada pela Contratante para análise e acompanhamento das atividades executadas e, posterior, emissão de parecer técnico. Caso sejam necessárias correções, a contratada deve realizar os ajustes ou as complementações solicitadas, encaminhando novas versões quantas vezes forem necessárias, até aprovação definitiva dos produtos, de acordo com as normas técnicas vigentes e o estabelecido em contrato entre as partes.

2.2. Após a execução das devidas correções e a aprovação definitiva, os produtos em versão final deverão ser entregues à Contratante através da Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais – SMPPE.

2.3. Cada produto especificado deverá ser apresentado, obrigatoriamente, conforme orientação da Comissão Especial de Levantamento – CEL da Contratante e deverá ser apresentado em meio físico (impresso) e em meio digital, conforme especificado a seguir:

- ✓ Os produtos deverão ser escritos em Língua Portuguesa e entregues para análise: em 1 (uma) via original (versão preliminar) e em 2 (duas) vias originais (versão final, após aprovação dos órgãos responsáveis), impressas em qualidade “laserprint” ou similar e no formato exigido nos produtos, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- ✓ A formatação dos documentos, na versão preliminar e na final, deve observar as seguintes características: em programas de edição de texto e planilha; fonte Arial ou Calibri, tamanho 11; páginas numeradas; espaçamento simples entre linhas e 1,5 entre parágrafos; margens das páginas: esquerda com 3 cm, direita com 2 cm, superior e inferior com 2 cm; cabeçalho/rodapé com 1,6 cm.

2.4. Na apresentação final de cada produto para medição/faturamento, é exigida a entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional de nível superior envolvido, para juntada ao processo administrativo do contrato.





**2.5.** Os produtos também devem ser apresentados nas mídias CD ou DVD, conforme conteúdos formatados e gravados em editor de texto e de planilhas, respectivamente com extensões DOC e XLS, e arquivos gráficos em software do tipo Cad, com extensão DWG e/ou DXF. Após aprovação, os produtos finais devem estar nas extensões. PDF, DOC, XLS e DWG e/ou DXF e ser entregues em meio digital.

**2.6.** Os mapas e plantas devem ser plotados nos formatos e tipos de papel (Sulfite ou poliéster) solicitados na descrição dos produtos, contendo escala gráfica e numérica legenda e norte geográfico e magnético. Os demais documentos devem estar em formato A4, com padrão a ser fornecido pela Contratante e ser impressos em papel tipo Sulfite.

**2.7.** A formatação dos arquivos em DWG e/ou DXF deverá estar baseada em normas adotadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais - SMPPE, que serão fornecidas pela Comissão Especial e Levantamento.

**2.8.** Os relatórios, laudos e demais documentos solicitados deverão ser complementados com tabelas, mapas, quadros, formulários, entre outros, que se fizerem necessários para a perfeita compreensão dos serviços a serem executados. Todas as peças técnicas, componentes do trabalho executado pela contratada, deverão ser entregues nos prazos previstos em contrato e passarão a pertencer à Contratante.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA GESTÃO DO CONTRATO**

**3.1.** Os serviços, objeto do presente contrato, deverão ser executados e totalmente concluídos do prazo de **60 (sessenta) dias**, contados da data de emissão da Ordem de Serviço pela Diretoria Técnica da Contratante. O prazo de vigência deste contrato é de **60 (sessenta) dias**.

**3.2.** Será gestor deste contrato o/a empregado(a) Sr/Sr<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ indicado(a) por meio da Portaria nº xxxxxxx. Este ficará responsável pelo acompanhamento da execução bem como pela fiscalização do presente instrumento, por meio de relatórios, inspeções, visitas, atestado da satisfatória realização do objeto e outros procedimentos que julgar necessário.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**4.1.** O valor total do presente contrato de acordo com a Proposta Comercial da Contratada é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que será pago após a entrega e aprovação dos serviços de cada uma das duas medições previstas para 30 e 60 dias após sua contratação.

**4.2.** As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de xxxxxxx



## CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

**5.1** “O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Teresópolis depois do gestor do contrato atestar a Nota Fiscal, com a data e identificação do gestor, em até 15º dia do mês posterior ao do mês dos serviços prestados, mediante a apresentação da primeira via original” da nota fiscal e/ou da via original da Nota Eletrônica” obedecido o cronograma físico-financeiro.”

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**6.1.** Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93 constitui obrigações e responsabilidades da Contratada:

- a) Utilizar mão-de-obra capacitada e suficiente, bem como instrumentos necessários para a execução dos serviços, assegurando sua finalização nos prazos convencionados;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização da equipe da Contratante;
- c) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;
- d) Retirar de atividade, imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação da Contratante, qualquer empregado ou técnico que, a critério da Contratante, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
- e) Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços a efetuar, como também, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- f) Executar os serviços obedecendo à melhor técnica vigente e enquadrando-se rigorosamente nos preceitos normativos da ABNT;
- g) Substituir e/ou complementar as peças técnicas produzidas, conforme solicitação da Contratante;
- h) Assumir inteira responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e resultantes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços descritos no Termo de Referência;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, em virtude de culpa ou dolo na execução do contrato, independente de ocorrerem ou não em áreas correspondentes à natureza de seus trabalhos;
- j) Manter atualizada a Certidão Negativa de Débito – CDN, durante a vigência do contrato, quanto a tributos federais, estaduais e municipais, bem como às contribuições sociais e ao Certificado de Regularidade de FGTS – CRF;



- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de serviços nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da lei 8.666/93;
- l) Emitir Notas Fiscais correspondentes à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- m) No caso de denúncias de qualquer natureza, a contratada deverá encaminhar um técnico ao local, imediatamente, para apurar e fazer relatório sobre a precedência das mesmas, instruído com a devida documentação comprobatória;
- n) Constar em seu quadro técnico, profissionais inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que atuarão como responsáveis técnicos pelas obras e pelos serviços a serem executados;
- o) Quando houver necessidade de aprovação e licenciamento dos projetos em órgãos externos, obriga-se a Contratada a responsabilizar-se por eventuais correções, ajustes ou complementações solicitados, encaminhando novas versões quantas vezes forem necessárias até a aprovação definitiva, de acordo com as normas técnicas vigentes e o estabelecido entre as partes em contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** A Contratante obriga-se a:

- a) Acompanhar a execução do contrato;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com os especificados;
- c) Proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;
- d) Indicar preposto para acompanhar toda a execução do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS**

**8.1.** Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, erros de execução ou inadimplemento contratual, a Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de rescisão contratual, por culpa da Contratada;



- c) o atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a Contratada à multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da contratação;
- d) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de qualquer outra cláusula contratual;
- e) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

**9.1.** A rescisão do presente contrato poderá ser:

**9.1.1.** Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**9.1.2.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Contratante.

**9.1.3.** Judicial, nos termos da legislação.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.1.** O presente contrato reger-se-á pelas suas cláusulas e normas consubstanciadas na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

**10.2.** Aos casos omissos deverão ser aplicados os seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 8.784/99, e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.078/90.

**10.3.** Fica declarado competente o foro da Comarca de Teresópolis, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato.

E por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença de testemunhas conforme abaixo, em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.



Teresópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Fabio C. Cardoso**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (INTERINO)

**Paulo Henrique Teixeira Nogueira**  
SUBSECRETARIO DE URBANISMO E HABITAÇÃO

---

**Representante Legal**  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO III:**

**MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, credencia \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº 001/2019 do processo administrativo nº 28.587/2018, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditivo de sua participação no citado certame; declarando-se, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes do Edital.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**





**ANEXO IV:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_,  
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_,  
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula  
de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº  
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_  
declara ao Município de Teresópolis que atende a todas as condições de habilitação no  
processo administrativo nº 28.587/2018 e processo licitatório CONVITE nº 001/2019.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**



**ANEXO V:**

**MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº 28.587/2018 e processo licitatório Convite nº 001/2019 da licitação em epígrafe, **CONVITE, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS** solicitado pela **Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Teresópolis** na forma abaixo discriminada, com licença para 24 meses, que serão distribuídas conforme solicitação da Secretaria.

DESCRIÇÃO DOS ITENS					
ITEM:	QUANT.	UNI.	DESCRIÇÃO	UNI (R\$)	TOTAL (R\$)
1	1	UNI	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GEORREFERENCIAMENTO NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE, ALBUQUERQUE, BOM RETIRO, TIJUCA, PONTE NOVA, BONSUCESSO E VIEIRA EM TERESÓPOLIS	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR TOTAL					R\$ XXX,XX

A proponente obriga-se a cumprir todos os termos da ata a ser firmada com a vencedora do certame.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

Para agilizar os trabalhos, pedimos que, as propostas sejam apresentadas de dois modos:  
Proposta escrita, impressa nos moldes do Edital;  
Salvar em PEN DRIVE, livre de vírus e testado contra defeitos, nos moldes do ARQUIVO PROPOSTA CONVITE XXX/XX.XLS, compatível com o software Microsoft Excel, que pode ser adquirido no Departamento de Suprimento e Licitação mediante entrega de um PEN DRIVE.



**ANEXO VI:**

**ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº 28.587/2018 e processo licitatório Convite nº 001/2019 da licitação em epígrafe, na forma abaixo discriminada, apresenta a sua situação financeira a ser aferida por meio dos índices de liquidez corrente – LC, liquidez geral – LG e solvência geral – SG.

LC= 
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

LG= 
$$\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$$

SG = 
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente	índice maior ou igual a 1,00
Liquidez geral	índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral	índice maior ou igual a 1,00

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**(nome completo e CRC do contador responsável)**



## **ANEXO VII**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº 001/2019 do processo administrativo nº 28.587/2018 declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**



**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_,  
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_,  
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula  
de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº  
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_  
outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº  
001/2019 do processo administrativo nº 28.587/18 declara a quem possa interessar, sob as  
penas da lei, que, para os fins do disposto nos inciso III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º  
da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia  
produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**



**ANEXO IX:**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE EQUIPARAÇÃO NA SITUAÇÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº 001/2019 do processo administrativo nº 28.587/2018, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de Pequenos Negócios, nos termos da Lei Complementar Federal n. 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, estando enquadrado como:

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, é modalidade de Microempresa, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) COOPERATIVA, equiparadas a Microempresa por força do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, até o limitado a receita bruta anual limite no inciso II do caput do art. 3 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2016.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**Observação:**

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

*Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006.*





**ANEXO X:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE FUNCIONÁRIO INELEGÍVEL**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº 001/2019 do processo administrativo nº 28.587/2018, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no parágrafo único do Art. 2º da Emenda à Lei Orgânica Municipal de Teresópolis, os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não foram declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa nas seguintes situações:

I – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II – condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**



## **ANEXO XI**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE PRAZO DE FORNECIMENTO**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº 001/2019 do processo administrativo nº 28.587/18, declara sob as penas do Art, 7ª da Lei Federal nº 10.520/2002 transcrito abaixo que, caso seja contratada, cumprirá o prazo de fornecimento de no máximo 60 (sessenta) dias úteis.

“Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**



**ANEXO XII:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 88 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº 001/2019 do processo administrativo nº 28.587/2018, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, que não possui no seu quadro de funcionários: dirigentes, vereadores, ocupantes de cargos comissionados e servidores municipais, bem como pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção ou que tenham sido nos últimos 180 dias anterior à data do ato convocatório.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**



**ANEXO XIII:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE DISPÕE EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS  
PERCENTUAL MÍNIMO DE BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Lei nº 8.213/91)**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_,  
portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_,  
através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_,  
nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula  
de Identidade nº XXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº  
XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_  
outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do CONVITE nº  
001/2019 do processo administrativo nº 28.587/2018, atende às exigências impostas pela Lei  
Federal nº 8.213/91, relacionadas com a existência em seus quadros de empregados  
beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência  
habilitada, conforme dados a seguir:

Número total de empregados XXX.

Número total de empregados reabilitados e/ou deficientes XXX.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**Observação:**

O licitante vencedor deverá apresentar que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II- de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional

Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.